



**Governo do Estado de São Paulo
Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo
Conselho Deliberativo**

ATA DE REUNIÃO

Nº do Processo: 271.00000274/2024-11

Interessado: Conselho Deliberativo

Assunto: Ata 164ª Reunião Ordinária

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas da manhã, conforme prévia convocação, realizou-se, por meio eletrônico, a 164ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo – SP-PREVCOM. Participaram da reunião, de forma remota, os conselheiros Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho Deliberativo, Aldo Cuomo, Demetrius Queiroz do Rêgo Barros, Fábio Teizo Belo da Silva, José Francisco Dutra da Silva e Juliana Velho, membros titulares, bem como os membros suplentes Luiz Gustavo de Castro Oliveira e Tiago José Kich Temperani. Pela Fundação, Vanessa Pacheco de Souza Romão Ceron, Diretora Administrativa, Francislene Nascimento, Diretora de Investimentos e André Rodrigues Veras, Diretor de Seguridade, de forma presencial. Participaram remotamente Ugo Gabriel Barboza Garcia, Diretor de Relacionamento Institucional, Alessandro Ribeiro, Diretor de Tecnologia da Informação, Renata Simões, Assistente, Lívia Carvalho, Rafael Vilas Boas, Superintendente Administrativo e Fabiana Cristina, Assessoras, e Maria Izabel, Chefe de Gabinete da Presidência. Ainda participaram Ana Flávia Cunha Canabrava e Joseane Prado, Assessoras Jurídicas, e Rafael Sampaio, Assistente. Dando início à reunião, a Sra. Marina Brito Battilani submeteu à apreciação do colegiado, como primeiro item da pauta, a ata da 163ª Reunião Ordinária, a qual foi aprovada por unanimidade, sem ressalvas. Na sequência, passou-se ao segundo item da pauta, referente à proposta de prorrogação do contrato firmado com a empresa BDO Auditores Independentes S/S, para a prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis da PREVCOM. A Presidente concedeu a palavra à Sra. Vanessa Pacheco de Souza Romão Ceron, Diretora Administrativa, que, acompanhada da Sra. Lívia Carvalho apresentou a instrução processual atualizada, elaborada em cumprimento à orientação dos conselheiros na reunião anterior, quanto à necessidade de ajustes no termo de referência para inclusão do Relatório do PPA no escopo contratual e à realização de nova pesquisa de mercado. A Sra. Lívia relatou que foi utilizada a ferramenta PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, para fins comparativos, obtendo-se como mediana de valores o montante de R\$ 42.850,00. Em seguida, apresentou o histórico completo do processo, destacando que foram conduzidas duas rodadas de pesquisa de preços, abrangendo 16

empresas na primeira rodada e 23 na segunda. Informou que, na primeira rodada, realizada no período de 25 de setembro a 02 de outubro de 2025, foi recebida apenas uma proposta, a qual serviu de referência inicial para a segunda etapa de levantamento. Com o objetivo de ampliar a competitividade e obter novas propostas, foi promovida uma segunda rodada de pesquisa de preços, com prorrogação do prazo de 8 a 14 de outubro de 2025, resultando no recebimento de propostas válidas das empresas Grant Thornton, no valor de R\$ 170.000,00 por ano; Russell Bedford, no valor de R\$ 1.440.000,00; PLM Auditoria S/S, no valor de R\$ 968.568,00; dentre outras. Após a consolidação das pesquisas de mercado, apurou-se o valor médio de R\$ 121.518,71, sendo solicitado à empresa BDO o ajuste do Contrato nº 01/2022, cujo valor vigente era de R\$ 122.109,49, para o valor médio obtido. A empresa BDO atendeu à solicitação e formalizou a redução contratual. Em seguida, o conselheiro Fábio Teizo tomou a palavra, observando que havia, pelo menos, duas empresas que apresentaram propostas significativamente inferiores à da BDO, questionando, assim, se, ao invés de prorrogar o contrato vigente, não seria mais vantajoso contratar uma das empresas com valor mais reduzido. Em resposta, a diretora Vanessa Pacheco esclareceu que não há tempo hábil para instauração de um novo processo de contratação, considerando que se trataria de processo seletivo completo, cuja tramitação demandaria mais de dois meses, o que colocaria em risco o cumprimento dos prazos legais para aprovação das contas da Fundação. A presidente Marina Brito ponderou que, em razão das recorrentes prorrogações anuais, os futuros contratos de auditoria poderiam ter vigência de 24 meses, a fim de evitar trocas frequentes de empresa e garantir maior continuidade dos trabalhos. A diretora Vanessa manifestou concordância com a sugestão, comprometendo-se a avaliar sua adoção nas próximas contratações. Na sequência, o conselheiro Demétrius manifestou entendimento de que a prorrogação do contrato com a BDO é justificável, tendo em vista a proximidade dos prazos e a boa qualidade dos serviços prestados, mas questionou se havia sido verificada a qualificação técnica e a reputação das demais empresas que participaram da pesquisa de preços. A diretora Vanessa informou que tomou o devido cuidado ao elaborar o despacho saneador, no qual apresentou as justificativas que fundamentam a prorrogação do contrato com a BDO, acrescentando que, caso o Conselho Deliberativo julgue necessário, poderá diligenciar junto à área de Controles Internos avaliar a reputação das empresas concorrentes. O conselheiro Demétrius reforçou a importância de observar os prazos regulatórios e concluiu que a prorrogação se mostra a alternativa mais prudente. Na sequência, o conselheiro José Dutra solicitou esclarecimentos sobre o prazo de vigência do contrato prorrogado, sendo informado pela diretora Vanessa que o prazo estimado será de um ano a contar da autorização do Conselho Deliberativo. O conselheiro Dutra registrou, ainda, a necessidade de aprimorar a comunicação entre o Comitê de Auditoria (COAUD), e o Conselho Fiscal e, de modo que as manifestações desses órgãos sejam previamente compartilhadas com o colegiado, evitando retrabalhos e contribuindo para decisões mais integradas. Tomou a palavra a conselheira Juliana Velho, que sugeriu que as empresas concorrentes encaminhassem cartas de referência, a fim de possibilitar a verificação da qualidade dos serviços prestados. A presidente Marina interrompeu o debate para conceder a palavra à diretora Francis, informando que, após a exposição, o tema da prorrogação do contrato seria retomado, uma vez que o representante da empresa PPS estava com horário agendado para apresentação sobre as Políticas de Investimentos. A diretora Francis, ao fazer

uso da palavra, explicou que a presente reunião marca a primeira etapa da revisão da Política de Investimentos, referente à aprovação das premissas para o Estudo de Fronteira Eficiente, correspondente ao item 3 da pauta. Em seguida, convidou o senhor Rafael Sampaio para apresentar maiores detalhes sobre o tema. O senhor Rafael, de forma breve, apresentou as projeções econômicas elaboradas em 10 de outubro de 2025, destacando o cenário previsto para 2026, caracterizado por volatilidade e incertezas decorrentes do período eleitoral. Na sequência, reforçou as alterações nas Premissas e Restrições das Classes de Ativos entre 2024 e 2025, destacando a variação da curva de juros, que passou de 6% para aproximadamente 7%; a manutenção das condições de mercado e de crédito; a atualização da renda variável doméstica, com aumento do prêmio de 4% para 5%; e a redução do prêmio dos FIPs de 14% para 12%. Tomando a palavra, o conselheiro José Francisco Dutra da Silva observou que, diante do cenário econômico atual e da recente queda do preço do petróleo, a taxa real de juros poderia divergir da estimada. Em seguida, o conselheiro Aldo Cuomo questionou quanto à periodicidade dos gatilhos de revisão, considerando que o Plano de Investimentos é aprovado anualmente e que o Conselho, em regra, não realiza alterações intermediárias. Em resposta, o senhor Rafael esclareceu que será contemplada, como proposta, a revisão automática das premissas sempre que houver ruptura relevante no cenário macroeconômico. Sanadas todas as dúvidas e após as devidas considerações, as premissas foram aprovadas sem ressalvas pelo colegiado. Na sequência, foi retomado o debate acerca da prorrogação do contrato com a BDO, conforme item anterior. O conselheiro Fábio Teizo Belo da Silva solicitou a reabertura da discussão, sendo concedido tempo de fala aos membros. O conselheiro Aldo Cuomo sugeriu a leitura da conclusão do relatório do Comitê de Auditoria (COAUD) e, com a anuência da presidente, procedeu à leitura. Logo após a leitura, o conselheiro Fábio Teizo Belo da Silva questionou sobre a cláusula resolutiva a ser incluída no contrato, para que a vigência máxima contratual seja até o final da conclusão do processo de nova contratação ou encerramento do prazo contratual, o que ocorrer primeiro. Em resposta, a diretora Vanessa esclareceu que, com a entrega dos documentos finais previstos, o contrato se encerrará automaticamente, conforme estipulado na referida cláusula. Após as devidas considerações, o Conselho Deliberativo aprovou a prorrogação do contrato com a empresa BDO Auditores Independentes S/S, condicionando-a à inserção da cláusula resolutiva proposta. Em seguida, a diretora Francislene Nascimento iniciou sua apresentação exibindo o cronograma de revisão da Política de Investimentos de 2026, cuja aprovação está prevista para ocorrer na reunião do dia 27 de novembro de 2025. A diretora destacou que a Prevcom recebeu o Selo de Autorregulação da Abrapp, reconhecimento que atesta a conformidade da Fundação com as melhores práticas de governança e investimentos do setor. Dando prosseguimento, apresentou o item 5 da pauta, referente ao Relatório Mensal de Investimentos do mês de setembro de 2025. Detalhou a evolução patrimonial da Fundação, que atingiu o montante de R\$ 4,521 bilhões, e a captação líquida no mês, correspondente a R\$ 73 milhões. Expôs, ainda, a distribuição dos ativos por plano, bem como as alocações do patrimônio por indexadores e por classes de ativos. Na sequência, apresentou o resultado acumulado no mês de setembro de 2025, informando que a carteira consolidada registrou rendimento de 1,05%, frente à meta atuarial de 0,87%, superando-a principalmente em razão da valorização da Bolsa de Valores no período. Mostrou também o desempenho individual por plano, comparando a rentabilidade

acumulada com as respectivas metas, todas em resultado positivo. Com relação ao PGA, destacou que a rentabilidade do mês de setembro, somada à performance desde a criação do plano, atingiu 274,94%, superando em 109% a meta de 253,21% e ficando bem acima do DI acumulado no mesmo período, de 215,67%. Em seguida, demonstrou o quadro comparativo de rentabilidade entre as 137 Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), bem como as principais movimentações realizadas no mês de setembro de 2025 e os resgates efetuados pelos participantes, discriminados por plano. Na continuidade, a diretora Francislene apresentou um panorama geral dos investimentos, destacando que a Fundação mantém atualmente 37 fundos investidos, administrados por diferentes gestores, com variações de retorno observadas nos últimos meses. Esclareceu que, no momento, o principal ativo das carteiras são as NTN-B (Notas do Tesouro Nacional, série B), adquiridas de forma individualizada para cada plano, sem comunicação entre as carteiras. Ao final da exposição, o conselheiro José Francisco Dutra da Silva parabenizou a equipe pela conquista do Selo de Autorregulação da Abrapp e pelos resultados positivos apresentados. Em seguida, passando ao item 6 da pauta, foi concedida a palavra à senhora Renata Simões, Assistente Técnica. A senhora Renata iniciou sua exposição informando que há atualmente 23 planos de ação pendentes, dos quais 3 estão próximos da conclusão, todos da área de Tecnologia da Informação (TI), 3 foram concluídos e 17 estão reprogramados. Destacou ainda que existem 5 ações abertas vinculadas à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo. Entre essas ações, encontra-se a avaliação de desempenho dos órgãos de governança, em atendimento à solicitação da Previc, que prevê a avaliação da Diretoria Executiva, do Comitê de Auditoria e do próprio Conselho Deliberativo. A senhora Renata informou também que há 2 ações em andamento na Presidência, ambas oriundas de recomendações do Comitê de Auditoria (COAUD). No tocante à Diretoria Administrativa, foram identificadas 5 ações pendentes. Quanto à Diretoria de Tecnologia da Informação, registram-se 10 ações em aberto, enquanto a Diretoria de Investimentos possui apenas 1 ação pendente. As Diretorias de Relacionamento Institucional e de Seguridade não possuem ações pendentes no momento. Na sequência, a senhora Renata apresentou o relatório de Monitoramento dos Planos de Ação do 6º Ciclo de Avaliação de Riscos, que contempla riscos classificados como Críticos e Altos. Informou que, nesse ciclo, há 19 ações em aberto e 7 concluídas. Na Diretoria de Tecnologia da Informação foram identificados 9 riscos classificados como Críticos, sobre os quais o diretor Alessandro Ribeiro discorreu, detalhando as medidas adotadas para mitigação e reforço da segurança digital. O conselheiro Aldo Cuomo tomou a palavra e manifestou preocupação com as ameaças provenientes da *deep web*, enfatizando a importância de aprimorar continuamente as barreiras de proteção cibernética da Fundação. O diretor Alessandro esclareceu que as ações de mitigação estão em curso e que houve avanço significativo na construção e fortalecimento da Barreira Cibernética. Com relação à Diretoria Administrativa, foi informado que há 11 riscos classificados como Altos, dos quais 4 já foram concluídos e 7 permanecem em aberto. Por fim, quanto à Diretoria de Relacionamento Institucional, foram relatadas 3 ações relacionadas a riscos altos, sendo 2 já concluídas e 1 em fase final de execução. Logo após a fala da senhora Renata, o conselheiro Demétrius Queiroz do Rêgo Barros tomou a palavra e sugeriu que, na próxima reunião, fosse incluído na pauta o debate sobre o relatório elaborado pelo auditor interno Wânnius, referente à Diretoria de Investimentos. A presidente Marina Brito Battilani

esclareceu que o referido assunto ainda não havia sido incluído na pauta porque o Conselho aguardava a manifestação do Comitê de Auditoria (COAUD) sobre o conteúdo do relatório. Na sequência, o conselheiro Demétrius sugeriu a realização de uma reunião com a Previc, com o objetivo de verificar se o relatório em questão contém apontamentos voltados à Prevcom ou ao próprio Conselho Deliberativo. Ato contínuo, o conselheiro José Francisco Dutra da Silva solicitou informações sobre o contrato firmado pela Prevcom com a Fundação Instituto de Administração (FIA), no valor de R\$ 4,4 milhões. A presidente Marina solicitou à diretora Vanessa Pacheco de Souza Romão Ceron que apresentasse os principais documentos da contratação, bem como um breve relato sobre o processo. Em seguida, o conselheiro Dutra questionou sobre a saída do auditor interno, tendo a presidente Marina esclarecido que, por se tratar de cargo de livre nomeação e exoneração, o auditor interno comunicou sua saída diretamente ao diretor-presidente da Prevcom, senhor Sylvio, informando ainda que o processo seletivo para a reposição do cargo já está em andamento. A presidente solicitou, então, que fosse divulgado aos conselheiros o link de acesso ao referido processo seletivo. Com relação ao Plano de Empregos, Carreiras e Salários (PECS), a presidente Marina informou que o processo de revisão e atualização já está em andamento e que, para encaminhamento do documento à Casa Civil, será necessária deliberação do Conselho sobre a tabela de remuneração dos diretores. Passando a palavra à diretora Vanessa, esta esclareceu que a realização de concurso público é uma obrigação legal e vem sendo apontada reiteradamente pelo Tribunal de Contas do Estado. Destacou, ainda, que o concurso deverá ser homologado até o dia 03 de julho de 2026, pois, caso o prazo seja ultrapassado, não será possível proceder à convocação dos aprovados devido às restrições do período eleitoral. Para tratar especificamente desse tema, foi agendada uma reunião extraordinária para o dia 6 de novembro de 2025, destinada à deliberação sobre o PECS. Antes do encerramento da reunião, o conselheiro José Francisco Dutra da Silva solicitou tempo de fala para relatar que havia sido procurado por uma comissão de funcionários do Regime Geral recém-contratados pela USP, Unicamp e pela Unesp, que manifestaram preocupação por não possuírem acesso à previdência complementar administrada pela Prevcom em razão de dispositivo legal vigente. A comissão encaminhou uma carta ao conselheiro solicitando a leitura em plenário, o que foi prontamente atendido. Nada mais havendo a tratar, o conselheiro Fábio Teizo Belo da Silva agradeceu a participação de todos e indagou se havia considerações finais ou questionamentos adicionais por parte dos conselheiros. Encerrados os itens da pauta e não havendo outras manifestações, o conselheiro Fábio Teizo declarou encerrada a reunião. Eu, Sadraque Alves de Lima, secretário, lavrei e subscrevo a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros titulares presentes.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Marina Brito Battilani
Presidente do Conselho

Demetrius Queiroz do Rego Barros

Conselheiro

Aldo Cuomo

Conselheiro

Fábio Teizo Belo da Silva

Conselheiro

Juliana Velho

Conselheira

José Francisco Dutra da Silva

Conselheiro



Documento assinado eletronicamente por **Sadrak Alves de Lima, Assistente Técnico Previdência Complementar I**, em 27/11/2025, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Teizo Belo Da Silva, Conselheiro**, em 27/11/2025, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Demetrius Queiroz do Rêgo Barros, Conselheiro**, em 27/11/2025, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Velho, Conselheiro**, em 28/11/2025, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho**, em 01/12/2025, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Francisco Dutra da Silva, Conselheiro**, em 01/12/2025, às 19:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aldo Cuomo, Conselheiro**, em 02/12/2025, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

, informando o código verificador

0090491427 e o código CRC F04C7953.